

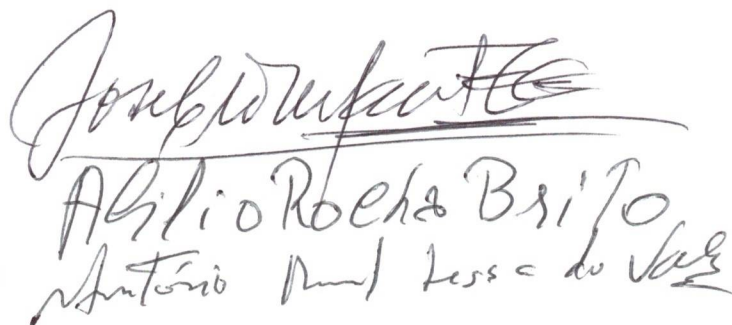
SAMARITANOS MISSÃO DE CARIDADE

RELATÓRIO E CONTAS DO ANO 2021

CONTEÚDO DO RELATÓRIO:

Balanço
Demonstração de Resultados por Natureza
Demonstração de Resultados por Funções
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais
ANEXO

A Direção:
Presidente: Dr. José Leonel dos Santos Ferreira
Tesoureira: Abílio Rocha Brito
Secretário: António Manuel Lessa do Vale


Abílio Rocha Brito
António Manuel Lessa do Vale

Balço à data de 31-12-2021

Samaritanos Missão de Caridade-IPSS

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	904 566,44	926 061,73
Subtotal		904 566,44	926 061,73
Ativo corrente			
Acréscimos e Diferimentos	12,2	38 844,61	38 844,61
Outros Devedores	7	4 517,33	4 517,33
Estado e outros Entes Públicos	11	5 362,50	
Outros Ativos financeiros	12,3	1 500,00	1 500,00
Caixa e depósitos bancários	12,3	6 014,20	11 799,16
Subtotal		56 238,64	56 661,10
Total do Ativo		960 805,08	982 722,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12,4	5 291,42	5 291,42
Resultados transitados	12,4	580 769,31	532 851,20
Outras variações nos fundos patrimoniais	12,4	(720 530,22)	(720 530,22)
		(134 469,49)	(182 387,60)
Resultado Líquido do período	12,4	40 559,49	47 918,11
Total do fundo do capital		(93 910,00)	(134 469,49)
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	170 166,05	168 733,31
Estado e outros Entes Públicos	11	695 069,01	753 596,26
Outras contas a pagar	12,6	52 366,91	62 038,43
Subtotal		917 601,97	984 368,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12,5	89 953,31	93 181,29
Estado e outros Entes Públicos	11	11 148,01	3 000,13
Financiamentos obtidos	7	5 589,32	
Acréscimos e Diferimentos	12,2	30 422,47	27 462,20
Outras contas a pagar	12,6	-	9 180,70
Subtotal		137 113,11	132 824,32
Total do passivo		1 054 715,08	1 117 192,32
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		960 805,08	982 722,83
		0,00	0,00

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO/GESTÃO

Abílio Rocha Brito
 António Manuel Lusa do Vale

Demonstração dos Resultados por Natureza à data 31-12-2021

Samaritanos Missão de Caridade-IPSS

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	9	418 406,87	430 179,10
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(47 440,99)	(46 813,66)
Fornecimentos e serviços externos	12,7	(96 329,35)	(96 510,31)
Gastos com o pessoal	10	(124 422,99)	(129 802,00)
Outros gastos e perdas	12,8	(73 429,54)	(78 159,11)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		76 784,00	78 894,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(21 495,29)	(29 920,59)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		55 288,71	48 973,43
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	12,9	(14 729,22)	(1 055,32)
Resultados antes de impostos		40 559,49	47 918,11
Imposto sobre o rendimento do período		-	
Resultado líquido do período		40 559,49	47 918,11

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO/GESTÃO

Demonstração de Resultados por Funções à data 31-12-2021

Samaritanos Missão de Caridade-IPSS

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Actividade A	PERÍODOS	
			2021	2020
Vendas e serviços prestados	9,0	396 862,25	396 862,25	430 179,10
Custo das vendas e dos serviços prestados	8,0	(47 440,99)	(47 440,99)	(46 813,66)
Resultado bruto			349 421,26	383 365,44
Outros rendimentos		21 544,62	21 544,62	
Gastos de distribuição			-	
Gastos administrativos			-	
Gastos de investigação e desenvolvimento			-	
Outros gastos	12,8;10;12,9;5	(315 677,17)	(315 677,17)	(334 392,01)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			(294 132,55)	(334 392,01)
Gastos de financiamento (líquidos)	12,9	(14 729,22)	(14 729,22)	(1 055,32)
Resultados antes de impostos			40 559,49	47 918,11
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período			40 559,49	47 918,11

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

António Rocha Brito
 António Rocha Brito
 António Rocha Brito

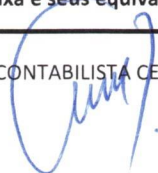
Demonstração dos Fluxos de Caixa à data de 31-12-2021

Samaritanos Missão de Caridade-IPSS

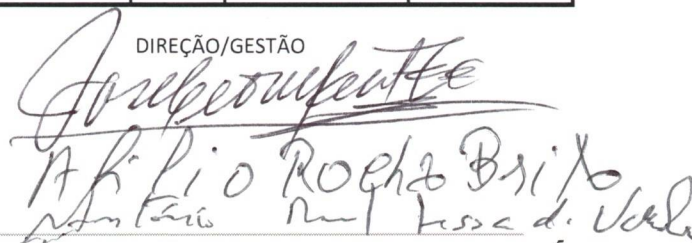
Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	9,0	418.406,87	430.179,10
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos ao estado	11,0	(48.620,37)	(62.663,27)
Pagamento a fornecedores	12,8;12,5	(186.282,66)	(224.495,02)
Pagamentos ao pessoal	10;12,6	(222.890,80)	(201.021,29)
Caixa gerada pelas operações		(39.386,96)	(58.000,48)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	12,8	73.429,54	78.159,11
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		34.042,58	20.158,63
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			-
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares	7,0	(14.729,22)	(2.211,85)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(14.729,22)	(2.211,85)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		19.313,36	17.946,78
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12,3	13.299,16	4.647,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12,3	6.014,20	13.299,16

O CONTABILISTA CERTIFICADO



DIREÇÃO/GESTÃO



Unidade Monetária: Euros

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais							Total	Interesses minoritários	Total Capital Próprio
		Fundos (51)	Excedentes Técnicos	Reservas (55)	Resultados Transmigrados (56)	Excedentes Revalorização (58)	Outras Variações Fundos Patrimoniais (59)	Resultado Líquido do período (81)			
INÍCIO DO PERÍODO	1	5 291,42			580 769,31		(720 530,22)		(134 469,49)		(134 469,49)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Ajustamentos por impostos diferidos	12,4										
Aplicação do resultado líquido do período anterior	2				580 769,31		(720 530,22)		(139 760,91)		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								40 559,49		40 559,49
OPERAÇÕES COM SÓCIOS NO PERÍODO											
Capital Realizado											
Doações											
Outras operações											
FIM DO PERÍODO	4	5 291,42			580 769,31		(720 530,22)		40 559,49		(93 910,00)
	1+2+3+4										

A DIREÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

António Manuel Leão de Vals
Artúrio Rocho Brito

Amg.

QUB

B
H
K

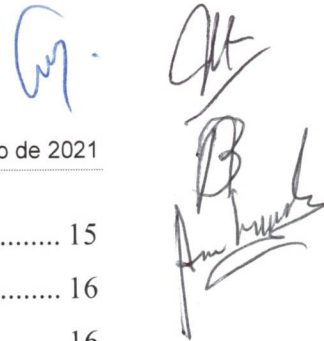
ANEXO

ANEXO

Índice

1 - Identificação da entidade.....	5
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	5
3 - Principais políticas contabilísticas	5
3.1 - Bases de mensuração	6
3.1.1 Continuidade:	6
3.1.2 - Regime do Acréscimo:.....	6
3.1.3 - Consistência de Apresentação:	6
3.1.4 - Materialidade e Agregação:	6
3.1.5 - Compensação:	7
3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
3.2.1 - Ativos Fixos Tangíveis:	7
3.2.2 - Inventários:	8
3.2.3 - Instrumentos Financeiros:.....	8
3.2.3.1 - Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	9
3.2.3.2 - Clientes e Outras Contas a Receber	9
3.2.3.3 - Outros Ativos e Passivos Financeiros	9
3.2.3.4 - Caixa e Depósitos Bancários.....	10
3.2.3.5 - Fornecedores e Outras Contas a Pagar.....	10
3.2.4 - Fundos Patrimoniais:	10
3.2.5 - Provisões:.....	10
3.2.6 - Financiamentos Obtidos:	11
3.2.6.1 - Empréstimos Obtidos	11
3.2.7 - Estado e Outros Entes Públicos:	11
4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	12
5 - Ativos Fixos Tangíveis	12
7 - Custos de Empréstimos Obtidos	13
8 - Inventários.....	13
9 – Rédito	14
10 - Benefícios dos Empregados	14
11 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14

12 - Outras informações	15
12.1 - Outras contas a receber e a pagar – ativo e passivo.....	16
12.2 – Acréscimos e Diferimentos.....	16
12.3 - Caixa e Depósitos Bancários	16
12.4 - Fundos Patrimoniais	16
12.5 – Fornecedores	18
12.6 - Outras Contas a Receber e a Pagar – passivo	18
12.7 - Fornecimentos e Serviços Externos.....	18
12.8 – Outros Gastos e Perdas/ Rendimentos e Ganhos	19
12.9 – Gastos de Financiamento	19
13 – Proposta Aplicação de Resultados.....	19
14 – Acontecimentos após data de Balanço	19



1 - Identificação da entidade

Os Samaritanos Missão de Caridade uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República nº 3 de 05/01/2000, Serie III, com sede na Av. da República nº 1622 – 8º andar – sala 22 – Mafamude- Vila nova de Gaia. Tem como atividade Outras Atividades de Apoio Social sem Alojamento, N.E – CAE 88990, para que prosseguir com o seu objetivo: Apoio à Integração, Inclusão e Desenvolvimento

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez no ano de 2012 de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Dec. Lei nº36 – A/2011 de 9 de março de 2011.

A IPSS – Samaritanos apresentava demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, segundo o Plano Oficial de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Diretrizes Contabilísticas e outra legislação complementar, cuja revogação foi efetuada pelas NCRF. De acordo com o ponto nº 5 da NCRF-ESNL - adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL, uma entidade deve preparar um balanço de abertura de acordo com a NCRF-ESNL na respetiva data de transição, sendo este o ponto de partida da sua contabilização. Na IPSS – Samaritanos não se verificaram ajustamentos resultantes da adoção da NCRF-ESNL.

3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras para o período de 2021, foram as seguintes:

3.1 - Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da entidade em continuidade. Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 - Regime do Acréscimo:

A entidade preparou as suas demonstrações financeiras, exceto para a informação dos Fluxos de Caixa, utilizando o regime contabilístico do acréscimo. Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registadas contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3 - Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fíável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 - Materialidade e Agregação:

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que nos rodeiam. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras.

3.1.5 - Compensação:

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos não foram compensados.

3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 - Ativos Fixos Tangíveis:

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzindo das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou o valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, tendo em consideração:

- o uso esperado do ativo.
- os limites legais e tendo em consideração de utilização do bem;
- a obsolescência técnica ou comercial;

o desgaste de utilização do bem (por exemplo considerando o número de turnos durante os quais o bem é utilizado).

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2 - Inventários:

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3 - Instrumentos Financeiros:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrente de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

3.2.3.1 - Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.3.2 - Clientes e Outras Contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras Contas a Receber*” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontos à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.3.3 - Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser

incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

3.2.3.4 - Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e Depósitos Bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.3.5 - Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras Contas a Pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 - Fundos Patrimoniais:

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 - Provisões:

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a entidade reconhece como provisão, tendo em

conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 - Financiamentos Obtidos:

3.2.6.1 - Empréstimos Obtidos

Os “*Empréstimos Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.7 - Estado e Outros Entes Públicos:

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas. Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominante, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estuários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem

depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- 1. Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos afins que justificaram os respectivos reconhecimentos da qualidade de utilidade pública ou dos afins que justificaram a isenção consoantes se trate, respetivamente, se Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- 2. Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- 3. Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 - Ativos Fixos Tangíveis

Na rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis, podemos evidenciar no quadro que a seguir se apresenta, o saldo inicial de 2021, as aquisições, os aumentos e as revalorizações e o saldo final de 2021, cujos elementos descritos foram objeto de reconciliação. Da mesma forma, as depreciações acumuladas no início do período de 2021, as depreciações do período, e as depreciações acumuladas no final do período de 2021, também foram objeto de reconciliação. Assim podemos verificar por rubrica do ativo, as alterações evidenciadas no quadro seguinte:

	Valor Bruto de Aquisição	Aquisições Doações	Abates	Revalorizações	Depreciações do Período	Valor Bruto Fim Período	Quantia Escriturada
Custo							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 424 686,65	-	-	-	-	1 424 686,65	902 654,12
Equipamento básico	123 357,06	-	-	-	-	123 357,06	112,49
Equipamento de transporte	4 900,00	-	850,00	-	-	4050,00	1 700,00
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	176 418,80	-	-	-	-	176 418,80	99,83
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Total	1 729 362,51	-	850,00	-	-	1 728 512,51	904 566,44
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	500 662,23	-	-	-	21 370,30	522 032,53	-
Equipamento básico	123 169,58	-	-	-	74,99	123 244,57	-
Equipamento de transporte	2 300,00	-	-	-	50,00	2 350,00	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	176 318,81	-	-	-	-	176 318,81	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Total	802 450,62	-	-	-	21 495,29	823 945,91	-

6- Locações

A Entidade durante o exercício de 2021 não deteve ativos adquiridos com recurso a locação financeira.

7 - Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos:

Conta	Descrição	2021			2020		
		Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
2511	Empréstimos Bancários	-	96 988,98	96 988,98	-	97 156,48	97 156,48
2519	CGD Formação	5 589,32	-	5 589,32	-	-	-
2781	Devedores Diversos	4 517,33	-	4 517,33	4 517,33	-	4 517,33
2782	Credores Diversos	-	73 177,07	73 177,07	-	71 576,83	71 576,83
	Total	10 106,65	170 166,05	180 272,70	4 517,33	168 733,31	173 250,64

Conta	Descrição	2021			2020		
		Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
	Juros Suportados Exercício:						
691	Até 1 ano	-	14 729,22	14 729,22	-	1 055,32	1 055,32
	Total	-	14 729,22	14 729,22	-	1 055,32	1 055,32

8 - Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Conta	Descrição	Existência Inicial	Compras	Reclassificações e regularizações	Existência Final 2020
32	Mercadorias	-	47 440,99	-	-
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				47 440,99
73	Variações nos inventários da produção				

9 – Rédito

Para o período de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Conta	Descrição	2021	2020	Variação	
				Valor	%
72	Prestação de Serviços	418 406,87 €	430 179,10 €		
722	Quotizações e Joias	276,00	204,00	72,00	35,29
75311	Donativos Recebidos	118 928,72	118 525,27	403,45	0,34
75312	Donativos Recebidos Dep. Virtual	170 432,23	195 888,92	- 25 456,69	- 13,00
7233	Donativos - Inversão de Coimas		44,00	- 44,00	-
75313	Donativos em Géneros	52 587,96	60 465,07	- 7 877,11	- 13,03
75315	Donativos - Outras Participações	54 637,34	53 184,35	1 452,99	2,73
78163	Aluguer Armazém	21 450,00		21 450,00	
7880	Outros Rendimentos	94,62	- 900,00	994,62	- 110,51
			1 550,00	- 1 550,00	- 100,00
75	Subsídios à Exploração		1 217,49	- 1 217,49 €	-
	Total	418 406,87	430 179,10	- 11 772,23 €	- 2,74

10 - Benefícios dos Empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Contas	Descrição	2021	2020	Variação	
				Valor	%
631	Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-		
632	Remunerações ao Pessoal	95 461,98	86 142,45	9 319,53	10,82
634	Indemnizações	3 195,64	-	3 195,64	
635	Encargos sobre as Remunerações	19 355,60	16 495,41	2 860,19	17,34
636	Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	676,95	1 092,29	- 415,34	
637	Gastos de Ação Social	-	-	-	
638	Outros Gastos com o Pessoal	5 732,82	26 071,85	- 20 339,03	- 78,01
	Total	124 422,99	129 802,00	- 5 379,01	- 4,14

11 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Segurança Social:

No que se refere às dívidas a esta entidade, como podemos verificar, o plano de pagamento em prestações tem vindo a ser cumprido, onde podemos verificar a sua diminuição.

Contas	Descrição	2021	2020	Variação	
				Valor	%
241	Imposto sobre o rendimento	5 362,50			
242	Retenções Impostos S/Rendimento	(1 857,45)	879,50	- 2 736,95	- 311,19
245	Contribuições p/Segurança Social	(704 359,57)	(755 716,89)	51 357,32	- 6,80
245119	Geral - Ano Corrente	(9 290,56)	(2 120,63)	- 7 169,93	338,10
245911	Quantia em dívida MLP	(524 194,03)	(571 830,20)	47 636,17	- 8,33
245912	Juros e coimas	(170 874,98)	(181 766,06)	10 891,08	- 5,99
246	Tributos Autarquias Locais				
248	Outras Tributaçãoes				
	Total	(706 217,02)	(754 837,39)	48 620,37	- 6,44

Outras Entidades 31/12/2021:

Meo – Serviços Comunicações e Multimédia S.A. – Processo 4669/14.0TBVNG – Acordo de pagamento dos valores em dívida a esta entidade, no montante de 57.319,91 € (Conta 221110002). Valor pago até esta data 335,20€ restando em dívida o valor de 56.984,71€. Foi efetuado pela contabilidade um pedido de circularização de saldos, e verificou-se poderem existir processos extintos e outros ainda não. Contudo, o valor comunicado a 22 de março de 2018 da resposta ao pedido de circularização de saldos, remonta ao total de 71.346,39€. Como existe uma certidão de tribunal sobre a não existência de bens penhoráveis, e não haver certeza quanto à dívida, não se reconheceu a diferença em provisões. No ano de 2021 não ocorreu qualquer pagamento a esta entidade.

PSA Finance – Processo 50606P/246 – Acordo de pagamento dos valores em dívida, no montante de 51.323,70 € com pagamento iniciado a 05/2014, cujo valor em dívida no final do período de 2014 remonta a 42.823,70 € (Conta 278210004). Valor pago até esta data 6.750,00€ restando em dívida 35.573,70€ até 31 de dezembro 2021.

NOS – Comunicações S.A. – Acordo de pagamento dos valores em dívida no montante de 6.033,68 € à data de 17/11/2014, tendo sido paga uma prestação em dezembro do mesmo ano no valor de 251,40 €. O montante em dívida no final do período de 2014 é de 5.782,28 €. Conta 221110052 – Valor total em dívida à data de 31 de dezembro de 2021 é de 3.302,57€.

12 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 - Outras contas a receber e a pagar – ativo e passivo

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha a 31 de dezembro de 2020 e 2021 a seguinte decomposição:

Conta	Descrição - ativo	2021	2020	Variação	
				Valor	%
228	Adiantamentos a Fornecedores	-	-		
2781	Outros Devedores	4.517,33	4.517,33	- €	-
	Total	4.517,33	4.517,33	- €	-

Outras contas a Receber e a Pagar - Passivo

Conta	Descrição - ativo	2021	2020	Variação	
				Valor	%
228	Adiantamentos a Fornecedores				
2782	Outros Credores	73.177,07	71.576,83	1.600,24 €	2,24
	Total	73.177,07	71.576,83	1.600,24 €	2,24

12.2 – Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2021 esta rubrica englobava os seguintes saldos:

Conta	Descrição - ativo	2021	2020
	Gastos a reconhecer		
2811	Rendas	2.075,00	2.075,00
2812	PSA Finance	17.573,70	17.573,70
2813	MEO	17.407,91	17.407,91
2815	Águas acordo	1.788,00	1.788,00
2819	Acréscimos e diferimentos	(4.203,70)	(4.203,70)
2722	Acréscimos e diferimentos	(26.218,77)	(23.258,50)
	Total	8.422,14	11.382,41

12.3 - Caixa e Depósitos Bancários

À data de 31 de dezembro de 2020 e 2021 a rubrica de Caixa e Depósitos Bancários encontrava-se com os seguintes saldos:

Conta	Descrição - ativo	2021	2020	Variação	
				Valor	%
11	Caixa	2 050,00	1 241,89	808,11	65,07
12	Depósitos à ordem	1 370,98	2 575,75	- 1 204,77	- 46,77
14	Outros Instrumentos financeiros	1 500,00	1 500,00	-	-
15	Outros depositos	2 593,22	7 981,52	- 5 388,30	- 67,51
	Total	7 514,20	13 299,16	- 5 784,96	- 43,50

12.4 - Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

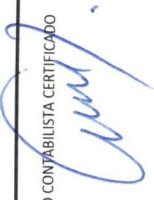
Relatório, Anexo e Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021		Fundos Patrimoniais							Total		Total Capital Próprio
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos (51)	Excedentes Técnicos	Reservas (55)	Resultados Transitados (56)	Excedentes Revalorização (58)	Outras Variações Fundos Patrimoniais (59)	Resultado Líquido do período (81)	Interesses minoritários		
INÍCIO DO PERÍODO	1	5.291,42			580.769,31		(720.530,22)			(134.469,49)	(134.469,49)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Aplicação do resultado líquido do período anterior	12,4				580.769,31		(720.530,22)				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2				580.769,31		(720.530,22)			(139.760,91)	
OPERAÇÕES COM SÓCIOS NO PERÍODO	3							40.559,49		40.559,49	40.559,49
Capital Realizado											
Doações											
Outras operações											
FIM DO PERÍODO	4	5.291,42			580.769,31		(720.530,22)	40.559,49		(93.910,00)	(93.910,00)
	1+2+3+4										

A DIREÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Joseph Lourenço
Abílio Rocha Brik
António Manuel Lessa do Vale

O CONTABILISTA CERTIFICADO


12.5 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Conta	Descrição - ativo	2021	2020	Variação	
				Valor	%
221	Fornecedores c/c	89.953,31	93.181,29	- 3.227,98	- 3,46
222	Fornecedores títulos a pagar	-	-	-	-
	Total	89.953,31	93.181,29	(3.227,98)	- 3,46

12.6 - Outras Contas a Receber e a Pagar – passivo

A rubrica outras contas a pagar desdobra-se da seguinte forma:

Conta	Descrição	2021		2020		Variação		Variação	
		N/Corr.	Corr.	N/Corr.	Corr.	Valor		Valor	
						Corr.	Corr.	N/Corr.	N/Corr.
	Pessoal	52 367,07	-	62 038,59	9 180,70	- 9 180,70	- 100,00	- 9 671,52	- 15,59
2312	Remunerações a liquidar	10 943,53	-	-	9 180,70	- 9 180,70	- 100,00	-	-
2313	Remu. a liquidar anterior a 2012	306,78	-	940,02	-	-	-	- 633,24	- 67,36
2314	Remun. Liquidar acordos desde 2013	41 116,76	-	61 098,57	-	-	-	- 19 981,81	- 32,70
2322	Adiantamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	52 367,07	-	62 038,59	9 180,70	(9 180,70)	-	(9 671,52)	-

12.7 - Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição de Fornecimentos e Serviços Externos teve a seguinte variação:

Conta	Designação	2021	2020	%
621	Subcontratos			
6221	Trabalhos Especializados	12 228,24	9 151,20	33,62%
6222	Publicidade e propaganda	3 044,25	51,66	5792,86%
6223	Vigilância e segurança	529,44	521,04	1,61%
6224	Honorários *	14 534,17	3 491,25	316,30%
6225	Comissões	7 363,67	4 945,63	48,89%
6226	Conservação e Reparação	5 893,68	8 491,07	-30,59%
6227	Serviços bancários	597,93	758,08	-21,13%
6228	Outros Gastos			0,00%
6231	Ferramentas e Utensílios	2 193,39	1 712,40	28,09%
6233	Material Escritório	3 354,11	4 565,81	-26,54%
6234	Artigos p/oferta	253,25		#DIV/0!
6241	Eletricidade	6 570,35	6 932,20	-5,22%
6242	Combustíveis	21 218,62	26 992,08	-21,39%
6243	Água	1 207,04	1 165,72	3,54%
6251	Deslocações e Estadas	2 739,82	4 341,05	-36,89%
6252	Transporte pessoal		221,80	-100,00%
6258	Outros Serviços Transportes			
6261	Rendas e Alugueres			
6262	Comunicação	11 390,64	12 889,78	-11,63%
6263	Seguros	1 872,63	1 440,83	29,97%
6265	Contencioso e notariado	200,00	23,22	0,00%
6267	Limpeza, higiene e conforto	513,16	1 527,11	-66,40%
6268	Outros Serviços- Voluntarios	624,96	7 288,38	-91,43%
	Total	96 329,35	96 510,31	-0,19%

12.8 – Outros Gastos e Perdas/ Rendimentos e Ganhos

A rubrica donativos em géneros, diz respeito aos donativos que as entidades doam à Samaritanos em bens diferentes de dinheiro, por exemplo, géneros alimentícios. O acordo ICEC diz respeito à utilização de bens e instalações da sua propriedade, para utilização do CATI.

Conta	Descrição - ativo	2021	2020	Variação	
				Valor	%
681	Impostos	2.847,09	2.211,85	635,24	29%
687	Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-	-	-
688	Donativos em género	52.587,96	60.465,07	- 7.877,11	-13%
688	Acordo ICEC - Equip. Sociais CATI	9.192,12	4.684,27	4.507,85	96%
688	Ajudas/Donativos Utentes	8.802,37	10.797,92	- 1.995,55	-18%
787	Outros Rendimentos e Ganhos	-	-	-	-
	Total	73.429,54	78.159,11	- 4.729,57	-6%

12.9 – Gastos de Financiamento

Esta rubrica refere-se a gastos com as instituições financeiras, nomeadamente juros pagos a bancos.

Conta	Descrição - ativo	2021	2020	Variação	
				Valor	%
	Juros e gastos similares suportados				
691	Juros suportados	14 729,22	1 055,32	13 673,90	1296%
	Total	14 729,22	1 055,32	13 673,90	1296%
	Juros e rendimentos similares obtidos				
	Juros obtidos	-	-	-	-
	Dividendos obtidos	-	-	-	-
	Outros rendimentos similares	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-
	Resultados financeiros	(14 729,22)	(1 055,32)	- 13 673,90	1296%

13 – Proposta Aplicação de Resultados

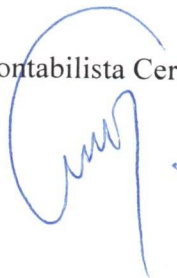
O Resultado Líquido do Exercício de 2021 foi positivo no valor de 40,559,49€ (quarenta mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos), cuja proposta de aplicação de resultados, será a sua transição para a rubrica de Resultados Transitados.

14 – Acontecimentos após data de Balanço

Nada a assinalar.

Vila Nova de Gaia, 30 de junho de 2022

O Contabilista Certificado



A Direção

